

9. O “monte” da Herdade da Sapatoa:  
ruralidade e povoamento na Idade  
do Ferro do Alentejo Central

O estudo da Idade do Ferro no Alentejo Central encontra-se numa fase de acelerada transformação, pelo que qualquer tentativa de síntese, ou ponto da situação, corre sérios riscos de rapidamente se ver completamente desactualizada, assim espero que aconteça.

Ao longo deste trabalho, que teve como ponto de partida e se centrou no estudo de uma realidade muito concreta, a instalação humana identificada na Herdade da Sapatoa, pretendeu-se trazer o povoamento rural para o centro do debate, conferindo-lhe uma relevância raras vezes reconhecida ao longo da Idade do Ferro.

A própria ruralidade destes locais começou por ser difícil de definir, na medida em que esta era sempre lida a partir da “urbanidade” de outros, cuja presença no Alentejo Central ainda resiste a qualquer tentativa de identificação. Assim, com uma ruralidade associada à sua dispersão no campo, imediatamente me surgiu, na esteira de outros autores que trataram a Idade do Ferro alentejana, aproximar este conceito de povoamento à noção de “monte”, ainda hoje aplicada às actuais, e subactuais, entidades arquitectónicas em meio rural no Alentejo. A “plasticidade” do termo, globalizante e diverso, permite abarcar toda a variabilidade detectada nas instalações rurais da Idade do Ferro, conferindo-lhe grande operatividade, por oposição a outros de maior especificidade (granjas, quintas, etc.), mas também mais comprometidos com modelos socio-económicos complexos, por agora impossíveis de reconhecer no I milénio a.C. do Alentejo Central. De todos os modos, o que se pretende sublinhar é a adaptabilidade do conceito de povoamento “monte”, que tanto poderá surgir associado a meios socio-económicos mais simples, como a outros mais complexos que se podem vir a reconhecer nesta e noutras regiões.

O pequeno “monte” da Herdade da Sapatoa era constituído por um conjunto de compartimentos aparentemente estruturados em torno de um pátio, na melhor tradição mediterrânea. Do total da área edificada conservou-se cerca de uma centena de metros quadrados, divididos por dez espaços distintos, total ou parcialmente escavados. Destacam-se de entre estes dois grandes compartimentos de planta rectangular, passíveis de serem relacionados com funções habitacionais de âmbito doméstico. Os restantes espaços são de menores dimensões, correspondendo a áreas, aparentemente, de armazenagem, confecção de alimentos e de passagem, além de um amplo espaço aparentemente não coberto que se pode associar a um pátio interior. A presença de diversos troços de estruturas indica que a área edificada se estenderia além do conservado, perfazendo compartimentos de funcionalidade indeterminada.

No interior dos diversos espaços habitacionais detectaram-se várias estruturas adossadas às paredes, que se definiram como equipamentos domésticos, pela efectiva associação a uma vivência doméstica quotidiana, como é o caso das lareiras, presentes em quase todos os compartimentos, ou dos bancos/poiais.

Ainda que se desconheça a real dimensão do conjunto edificado, esta não deveria ser muito mais alargada que a iniciada pelos vestígios conservados. Deste modo, estou em crer que o “monte” da Herdade da Sapatoa, na Idade do Ferro, foi habitado por uma pequena unidade familiar, que dificilmente iria muito além da dezena de indivíduos.

A “humildade” deste conjunto familiar fica bem patente no conjunto de recipientes reunido. O abandono de uma parte aparentemente significativa da baixela cerâmica em utilização no último momento de ocupação do local permitiu uma aproximação à realidade material, e logo socio-económica, deste agregado familiar. O conjunto de recipientes recolhido era na sua totalidade proveniente de uma produção local/regional, o que demonstra claramente como se encontrava arredado dos grandes fluxos comerciais. Além do carácter marcadamente local, cerca de 40% dos recipientes são manufacturadas, partilhando ainda evidentes traços da tradição cerâmica regional do final da Idade do Bronze. O conjunto é composto por tigelas, taças, bacias/alguidares, potes/panelas e ânforas, podendo associar-se a actividades de armazenagem,

fixa e móvel, preparação/confecção de alimentos, consumo e, eventualmente, de higiene pessoal. Os recipientes distribuíam-se, essencialmente, por três compartimentos, concentrando-se por vezes em pequenos recantos onde estariam arrumados em utilização ou para futuros trabalhos. No Ambiente I encontram-se representadas quase todas as categorias de recipientes, demonstrando a polivalência deste espaço, enquanto nos Ambientes III e V estão ausentes os recipientes de consumo individual, indicando a provável realização desta actividade noutras áreas, como o poderão indicar as tigelas recolhidas nos Ambientes I, II e VIII. A presença residual, e em nenhum caso na “baixela” do momento do abandono, de cerâmicas que se aproximam dos modelos mais difundidos no litoral, nomeadamente cerâmica cinzenta fina e de engobe vermelho, deixa entrever o modo filtrado e pontual como a influência “orientalizante”, ou mais propriamente “litoralizante”, se fazia sentir no interior, onde, todavia, se tinha incorporado toda uma tradição construtiva e arquitectónica de claro fundo mediterrâneo.

A ocupação rural tem vindo a ganhar um lugar de particular destaque no estudo do I milénio a.C., pelo menos em determinadas áreas peninsulares, das quais talvez seja o sudoeste a que mais longamente tenha conhecido uma prolongada investigação. Além dos já clássicos trabalhos de C. Beirão, principalmente vocacionados para as necrópoles, mas também incidindo sobre alguns povoados, apesar de escassamente publicados, encontramos os trabalhos de Manuel e Maria Maia sobre a área de Castro Verde, mais propriamente na área da Herdade do Fialho. No entanto, creio que o fenómeno da ocupação rural só ganhou notoriedade quando na Extremadura espanhola se entendeu que o modelo de instalação de Cancho Roano não era uma realidade isolada, mas antes fazia parte de uma verdadeira rede de Complexos arquitectónicos de prestígio dispersos no agro. A constatação de que o meio rural permite sustentar e abarcar uma realidade arquitectónica, social e económica tão relevante, implica com toda a certeza uma nova visão do campo, longe da dependência directa dos meios urbanos.

O estado incipiente em que se encontra o estudo da ocupação rural em grande parte da península facilitou uma visão abrangente sobre esta modalidade de povoamento, ainda que a escassez de informação impossibilite análises mais detalhadas.

A identificação e escavação de um intenso povoamento rural da Idade do Ferro no Alentejo Central, em particular junto ao Guadiana, permitiu obter uma leitura muito mais abrangente das tendências verificadas na Herdade da Sapatoa.

A escavação de sítios como o Espinhaço de Cão, a Casa da Moinhola, a Malhada das Taliscas e a do Gato, permitiu verificar um modo de construir e organizar os espaços edificados diverso, mas semelhante, reforçando a adaptabilidade das técnicas e conceitos arquitectónicos difundidos a partir do litoral.

Em termos técnicos, as edificações em meio rural seguem a regra do “esforço mínimo”, utilizando os materiais disponíveis nas imediações, pedra de calibre variado para o soco de base, e terra para elevar as paredes em altura. Os compartimentos são, normalmente, edificações de planta rectangular construídas individualmente e justapostas de modo a formar um todo, verificando-se raras vezes a presença de muros meeiros. O aspecto mais relevante de alguns destes conjuntos edificados é a sua organização em torno de pátios interiores, acusando uma clara origem mediterrânea, e urbana, do modelo arquitectónico, adoptado paradoxalmente nestas paragens do interior sul peninsular em instalações de carácter marcadamente rural. A presença deste espaço central não coberto impõe a utilização de uma gama equipamentos e soluções arquitectónicas que se soube aplicar (caleiras de escoamento de água, pisos lajeados e escadarias), revelando-nos um claro domínio não só da técnica construtiva, como dos conceitos de espaço e problemas associados à sua utilização.

Algumas destas instalações rurais do interior centro-alentejano evidenciam uma grande complexidade arquitectónica, integrando espaços edificados com uma área coberta na ordem

das várias centenas de metros quadrados. Este facto parece remeter-nos para uma realidade económica e social complexa, subjacente à ocupação rural, usualmente lida como dependente e isonómica. Não creio que assim seja, atendendo aos mais recentes indícios que nos vão surgindo.

Estreitamente relacionado com o destaque de algumas instalações de maior entidade arquitectónica, como o Espinhaço de Cão ou a Malhada das Taliscas, deverá estar a capacidade de gerar e armazenar excedentes agrícolas e pecuários, que constituiriam, certamente, a base económica destas populações. Os vestígios de metalurgia são raros e pouco expressivos, devendo resultar de uma produção para uso manifestamente local.

Além dos indícios de diferenciação económica constantes nos espaços edificados começam a surgir outros, ainda em número reduzido, que parecem apontar no mesmo sentido; as asas de um braseiro de mãos identificado no Vale de Moura (Évora) (Teichner, 2000), os unguentários de vidro policromo recolhidos no sítio da Malhada das Taliscas 4 (Calado, 2002) e na necrópole da Tera (Rocha, 2003), ou os raros vestígios de ânforas de produção sul peninsular recolhidos no Espinhaço de Cão, poderão apontar nesse sentido. A identificação de grafitos sobre recipientes cerâmicos no Alentejo Central (Gomes, Brazuna e Macedo, 2002) denuncia o conhecimento da escrita nestas paragens, podendo igualmente evidenciar a presença de estratos letrados em meio rural, claro indício de diferenciação social entre as populações campesinas.

A breve análise das instalações rurais da área de Castro Verde/Ourique, apesar da relativa riqueza de alguns locais, permitiu verificar a presença de uma sociedade rural diversa e complexa que, na generalidade, não deverá distanciar-se demasiado da conhecida no Alentejo Central. Esta região, apesar da sua individualidade histórica, claramente marcada pela longa e característica tradição funerária, deverá ter conhecido um processo histórico semelhante ao do Alentejo Central, suficientemente distante do litoral para manter uma estrutura material específica, mas próxima quanto baste para ter absorvido, mesmo que tardiamente, um sistema de escrita, uma arquitectura de tipo mediterrâneo e um conjunto de materiais de grande circulação, difundido no interior a partir de focos comerciais situados na costa ou no fundo dos estuários. Também aqui a base económica deveria assentar na exploração agropecuária, tendo em conta a total ausência de claros indícios de uma exploração metalúrgica, muitas vezes tomada como origem da riqueza aparente de alguns destes sítios. As ocupações da Herdade do Fialho constituem uma prova cabal do destaque que algumas das pequenas ocupações rurais podem assumir, em termos económicos, sociais e religiosos.

O povoamento rural de outras áreas do território hoje português, como da faixa atlântica a Norte do Tejo e a Sul do Douro, apesar das escassas informações conhecidas, parece revelar uma ocupação do campo igualmente intensa, diversa e complexa, certamente marcada pela proximidade de grandes aglomerados habitacionais, como nos deixam entrever os escassos materiais recolhidos em sítios como Freiria, onde surgem claros indícios de alguma diferenciação social.

Na Extremadura, a ocupação dos campos assume desde logo uma indiscutível relevância na bacia do Guadiana, onde pontuam os “Complexos Monumentais” ou de “Prestígio”, que deverão ter coordenado uma intensa rede de pequenas ocupações rurais, cujo conhecimento é, até ao momento, indirecto, mas que trabalhos recentes parecem confirmar. O estudo dos pequenos, mas também dos grandes, edifícios rurais extremenhos conduzirá certamente a novas leituras sociais que confirmem ou refutem as supostas *regias* ou pequenas monarquias sedeadas nos conhecidos complexos arquitectónicos. A realidade extremenha revelou-se também na sua diversidade, em particular quando entramos na bacia do Tejo. A estrutura de poder parece assentar aqui em distintos pilares, dada a ausência, até ao momento, dos conhecidos “Complexos Monumentais”; todavia, como fica bem patente em “Torrejón de Abajo”, o povoamento

mento rural de menores dimensões não perde o seu vigor e riqueza, apesar de muito próximo em termos arquitectónicos dos conjuntos escavados no Alentejo Central. Subindo na direcção da Meseta Norte, mas ainda em território extremenho, a identificação de um complexo sepulcral e diversas áreas habitadas, demonstra-nos uma realidade bem distinta da conhecida mais a Sul, caracterizada aqui pelas casas de planta ovalada, construídas aparentemente em materiais perecíveis, patenteando uma realidade muito mais interior e distante das influências litorais. No entanto, a riqueza e o “sabor” mediterrâneo de um conjunto de peças metálicas revela-nos uma comunidade muito mais aberta e rica que o que seria expectável numa primeira abordagem.

Na Extremadura, onde o povoamento concentrado tem sido objecto de alguma investigação (escavações em Medellín, Badajoz, El Risco, Aliseda), continuam a estar ausentes indícios claros do papel estruturante, em termos sociais e económicos, que desde sempre se atribuiu aos grandes aglomerados populacionais, seguindo modelos importados de outras realidades peninsulares e extra-peninsulares. A instalação e abandono de uma entidade urbana em El Palomar (Oliva de Mérida), talvez seja sintomática da dificuldade, ou incapacidade, das populações do interior Sul manterem e desenvolverem este tipo de organização comunitária, pelo menos durante a primeira metade do I milénio a.C. Os claros indícios de organização urbana, de tipo “mediterrânico”, detectado neste local, e a sua ausência em sítios como Medellín, Badajoz ou Aliseda, poderá indiciar um nível de organização comunitária e social menor nestes últimos.

Talvez seja o momento de, a partir dos dados hoje disponíveis para o sudoeste peninsular, repensar e diversificar os modelos de interacção do povoamento, potenciando a capacidade da ocupação rural se estruturar entre si, independentemente de se verificar a presença de aglomerados populacionais de maiores dimensões, situados principalmente junto ao litoral, alguns dos quais certamente capazes de atrair, e organizar, a ocupação na sua envolvente.

A descida até à Andaluzia permitiu verificar outros esquemas e outros ritmos de povoamento, marcados por uma profunda ligação às raízes locais, mas também vincadamente próxima das realidades introduzidas a partir das colónias das populações orientais. Velhos e novos esquemas de povoamento, velhas e novas arquitecturas parecem entrosar-se numa diversidade ainda difícil de apreender. O perpetuar de velhos esquemas habitacionais em sítios como El Trobal, situado muito próximo do cerne do “Mundo” colonial, contrasta fortemente com a presença de complexos habitacionais e produtivos do tipo de Calañas de Marmolejo, localizado no Alto Guadalquivir, acabando por nos revelar os “caminhos tortuosos” e inusitados que a difusão das influências coloniais podem conhecer.

Terá sido através destes “sinuosos caminhos” que se instalou a matriz arquitectónica mediterrânea, que tão claramente foi possível identificar nas instalações rurais do Alentejo Central, mas também do Sul peninsular.

Assim, regressando ao Alentejo Central, a análise transversal do primeiro milénio a.C. do Alentejo Central parece demonstrar uma ligação crescente às realidades culturais mediterrâneas, que vêm progressivamente a tornar-se mais visíveis e efectivas.

O Alentejo Central parece ter conhecido uma dinâmica de povoamento específica, fortemente caracterizada por um movimento “pendular”, entre a serra e a planície, entre o domínio da ocupação fortificada e o da ocupação rural.

Ao invés do que parece acontecer na Idade do Ferro da área extremenha, no Alentejo Central os grandes povoados de altura do Bronze Final (Evoramonte, Castelo, Coroa do Frade, Serra Murada), que constituem, sem dúvida, o elemento estruturante do povoamento, são abandonados antes ou no início da Idade do Ferro, como o parecem atestar os resultados da intervenção na Coroa do Frade.

Julgo que o progressivo esvaziamento das grandes fortificações do final da Idade do Bronze se fará em prol de um incremento notório das pequenas instalações rurais, tornando bastante evidente uma profunda transformação social, ainda difícil de caracterizar.

O povoamento rural assume, então, um protagonismo absoluto, pelo menos no estado actual de investigação. Apesar de se propor um crescimento sustentado das instalações em meio rural até aos meados do milénio, a ocupação dos campos alentejanos parece encontrar-se em constante reajuste, conferindo uma imagem bastante dinâmica à paisagem, tornando evidentes as dificuldades em subsistir num território cada vez mais ambicionado e ocupado. Algumas destas explorações, de marcado carácter agro-pecuário, como devia ser a regra no Alentejo Central, parecem consolidar a sua posição económica, materializando-a na estabilidade da ocupação e na ampliação dos conjuntos edificados, como deverá ter acontecido no Espinhaço de Cão. Por outro lado, não são apenas as instalações que evidenciam uma diacronia mais ampla que ostentam grandes complexos arquitectónicos, verificando-se a presença de outros que se constróem de raiz já consolidados e extensos, revelando-nos o dinamismo das ocupações e do modo consolidado como certos modelos de exploração agrícola se instalam. Poderá ainda apontar noutro sentido, o da mobilidade da posse da terra, ainda que aqui se entre num terreno particularmente “escorregadio”, face aos dados disponíveis.

Estes sítios rurais contemplariam, então, com toda a certeza, uma faixa social e económica bastante alargada, que se deveria relacionar com a exploração do espaço rural.

A par desta intensa e diversificada ocupação rural existiria um conjunto de reduzidas aglomerações populacionais, ainda muito mal caracterizadas, cujo papel na estruturação do território e da sociedade é ainda muito difícil determinar.

Estes povoados parecem resultar de uma titubeante continuidade de ocupação de instalações do Bronze Final, como aparentemente acontece no Alto do Castelhinho da Serra. No entanto, a falta de investigação nos povoados fortificados, quer do Bronze Final, quer da segunda metade do I milénio, impossibilita a obtenção de uma perspectiva mais clara. As escassas ocupações fortificadas intervencionadas no Alentejo Central deixam, todavia, entrever que a continuidade de ocupação entre o Bronze Final e a dita II Idade do Ferro não é certamente a regra, o que não impede que, por vezes, tal possa acontecer.

Perante o conjunto de dados hoje disponível, creio que estes povoados deveriam desempenhar um papel absolutamente secundário, em termos populacionais e talvez económicos, face ao todo da ocupação rural de meados do I milénio a.C. no Alentejo Central.

Será ainda importante assinalar, que tal não exclui por completo a possibilidade de algumas ocupações de maior entidade terem desempenhado uma função muito relevante na exploração e estruturação do território envolvente. Aglomerados populacionais como o Castelão das Nogueiras e N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> de Machede, ainda únicas no seu tipo, poderão estar a indiciar uma presença esparsa, mas também pouco conhecida, de sítios de maiores dimensões que poderão ter coordenado a exploração de um território relativamente circunscrito, ocupado eventualmente por pequenas instalações rurais dependentes. Este modelo de interacção acabaria por aproximar-se do modelo aristocrático defendido para o médio Guadiana, centralizado nos Palácios ou Complexos Monumentais ou de Prestígio que se têm vindo a identificar (Almagro-Gorbea, 1996; Jiménez Ávila, 1997). Todavia, e como venho reconhecendo ao longo do trabalho, não creio que se possa aplicar nestes moldes a toda a ocupação rural alentejana.

No Alentejo Central não foram ainda identificadas instalações deste tipo, talvez mais por contingência da investigação que por real inexistência. Estou em crer que outras formas de povoamento poderão ter desempenhado uma função social, económica e simbólica semelhante aos Complexos do Guadiana, ainda que materializada de forma distinta, eventualmente análoga à apresentada pelo “castro” da Azougada, localizado verdadeiramente “às portas” do

Alentejo Central. Por outro lado, a coexistência dos dois modelos pode ter sido mesmo efectiva, se atendermos às informações reunidas sobre a destruição de um “*tumulus* post-orientalizante” na área de Moura, na Herdade do Metum (informações gentilmente cedidas pelo Eng. Monge Soares), situado a escassas dezenas de quilómetros da Azougada.

Entrada claramente a segunda metade do I milénio a.C., e com mais certeza em meados do século IV a.C., tudo parece já devidamente transformado, estruturando-se o outro lado do movimento pendular, com o reforço do povoamento concentrado em sítios fortificados e fortificáveis. Apesar da leitura “continental celtizante” que desde sempre se tem feito às realidades habitacionais e materiais da segunda metade do I milénio a.C. do interior alentejano, com discursos muitas vezes eivados de rupturas, invasões e deslocações massivas de população, o que começa a emergir com base em dados recentes é uma ligação crescente às realidades culturais mediterrâneas, que vêm progressivamente, ao longo do I milénio a.C., a tornar-se mais visíveis e efectivas.

A profunda remodelação e reestruturação do povoamento nos finais do século V e início do século IV a.C. deverá ter-se processado num quadro populacional e cultural em progressiva transformação, mas longe das rupturas, crises ou invasões tantas vezes supostas.

A incerteza e insegurança sugeridas pela concentração populacional e pelas fortificações não parecem acometer toda a ocupação rural que, apesar de esmorecer de intensidade, continua presente e socialmente relevante, como nos parecem transmitir os ricos espólios das necrópoles da Cardeira ou das Casas.

Todavia, esta é já outra História, desenrolada, apesar de tudo, não muito longe da Herdade da Sapatoa.

Redondo, início das Colheitas de 2003  
(pontualmente revisto no fim das Sementeiras de 2004)

## NOTAS

- <sup>1</sup> “A ter de dar a *casal* significação precisa, poderia conservar-se-lhe a de casa isolada ou pequeníssimo grupo de casas, geralmente habitado por uma única família” (Ribeiro, 1991, p. 304)
- <sup>2</sup> Silo - (...) *reservatório em forma de torre onde são armazenados cereais*. Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, p. 3413.
- <sup>3</sup> Isto se atendermos às novas leituras destes locais pois, segundo os autores, Neves I deverá corresponder também a uma necrópole (Maia e Maia, 1996, p. 86)
- <sup>4</sup> Veja-se o caso do designado espaço 6, fronteiro a 4, da Est. III de Maia, 1988, p. 29; o espaço 10, por sua vez, serviu de base à reconstrução de um novo compartimento quando, na realidade, é uma estrutura de época romana (Maia e Correa, 1985, p. 248).
- <sup>5</sup> Este valor é meramente indicativo dadas as dificuldades que representam estes cálculos, quer pelas limitações inerentes às próprias estruturas conservadas, quer às próprias plantas, por vezes sem escala. Os resultados foram obtidos a partir de medições efectuadas nas plantas publicadas.
- <sup>6</sup> Esta assunção não é inverosímil na medida em que a subdivisão em dois compartimentos resulta do adossamento de um muro à parede Norte e não à justaposição de duas construções (v. Maia e Correa, p. 246, Fig. 3).
- <sup>7</sup> Esta informação foi-me gentilmente cedida pelo Dr. Manuel Maia, a quem agradeço.